

LUX JORNAL

Monitor Mercantil — Rio de Janeiro — RJ.

Pág.: *8*

Publicado: *24 / 10 / 00*

190				
				1

Povos indígenas perdem 50% de recursos no orçamento 2001

Apenas 1% do Orçamento da União será aplicado na demarcação de terras indígenas, o que representa uma queda de 50% em relação a este ano. A afirmação é de Hécio Marcelo de Souza, pesquisador do Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc), a respeito dos problemas que os índios vem enfrentando com as sucessivas mudanças governamentais para a área.

Segundo Hécio, "ao flexibilizar a legislação para a exploração dos recursos naturais nas áreas indígenas e ao reformar o Estado - descentralizando para a esfera dos estados e dos municípios a gestão ambiental sem o reconhecimento do direito coletivo dos índios para administrar seus territórios - cria-se conflito com os interesses e poderes econômicos regionais com sérios

impactos para os povos indígenas e para o patrimônio natural".

Hécio de Souza denuncia o que chama de "processo de publicização, onde ONGs indígenas e não indígenas passam a executar parte da política indigenista oficial". Segundo ele, "esse quadro tem levado a mudanças significativas na relação entre os povos indígenas e a sociedade brasileira. Apesar dos aspectos positivos - os povos indígenas vêm se tornando protagonistas, deixando de ser objetos - a descentralização tem levado as decisões para o nível local, onde o choque com as sociedades do entorno é muito forte, causando uma série de conflitos de interesse".

O pesquisador do Inesc enfatizou o aspecto jurídico do problema, que, segundo ele,

impede que os índios possam defender seu território e os recursos naturais ali existentes. "Com a reforma do Estado, o governo se retira, mas a lei que rege a questão, o Estatuto do Índio, de 1971, continua em vigor. Pelo Estatuto, as populações indígenas são tuteladas pelo Estado, não tem responsabilidade jurídica. O índio luta pelo direito coletivo enquanto povo, para gerenciar seus recursos", explicou. Para Hécio de Souza, as políticas do governo para os índios resultam no que chama de "privatização dos interesses indígenas". Ele lembrou que "descentralizar o poder é positivo enquanto aumento da autonomia, mas o que tem prevalecido, mesmo através das ONGs, são os interesses de mercado", avalia.

O estudo do Inesc informa

que, para políticas de demarcação, está reservado apenas 1% do orçamento 2001. "Isto representa mais de 50% de redução em relação a 2000, que já teve recursos menores à média histórica. Resumindo, a política indigenista está numa fase de transição, onde o Estado deixa de ser o protagonista. Isto está levando à flexibilização da exploração dos recursos e ao não reconhecimento da autonomia dos povos indígenas, o que sinaliza uma aumentos dos conflitos, da exploração predatória dos recursos naturais e o empobrecimento cultural e econômico desses povos", resumiu Hécio, acrescentando que "a Funai está fragilizada em recursos e também politicamente. O governo se omitiu e há um vácuo na demarcação e na fiscalização", finalizou.